IEPA 2008

Instituto de Edificação da Paz para os PALOPs

Ficha Técnica

Tótulo: Relatório IEPA 2008
Edição: JustaPaz 2008
Autor: TelmaTonela, Jorge Saieta
Maquetização: Pedo Júnior
Tiragem: 500 exemplares
Nº de Registo: 0000002008
Impressão: Sográfica

JustaPaz
Av dos Heróis Moçambicanos, nº 115
Matola Hanhane - C.P. 2640
Telefax: +258 21 724245
e-mail: justapaz@tvcabo.co.mz
web page: www.justapaz.org.mz

Índice

Abreviaturas III
Intituto de Edificação da Paz 04
Conferência Edificação da Paz 05
Cursos do IEPA 12

- Introdução a Transformação de conflitos 12
- Desenvolvimento e Edificação da Paz 13
- Conflitos Intra-Organizacionais: Natureza e sua transformação 13
- Género, HIV-Sida e Conflitos 14

Comentários dos participantes 15
ANEXOS

I. Sociedade Civil nos PALOPs: Constrangimentos e Desafios 16
II. O Papel da Sociedade Civil na Promoção da Boa Governação 24
IV. Lista de Participantes. 34

Abreviaturas

ACIPOL - Academia de Ciências Policiais
ACORD - African Centre of the Construtive Resolution
ACUDES - Associação Cultural para o Desenvolvimento Sustentável
AESTP - Associação Nacional dos Escuteiros de São Tomé e Príncipe
AJULSID - Associação da Juventude na Luta contra Sida e Droga
AMODEG - Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra
APN - Ajuda Popular da Noruega
ASKUT - Associação Kutchegata - Sofala
CCM - Conselho Cristão de Moçambique
CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental
CPDHD - Centro de Pesquisa dos Direitos Humanos e Desenvolvimento
CPLP - Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
FOCAMA - Fórum das Associações de Manica
FOPROI - Fórum Provincial das ONG de Inhambane
GMD - Grupo Moçambicano da Dívida
IDASA - Institute for Democracy in South Africa
IBACI - Igreja Betonia Apostólica de Cristo Internacional
IECV - Igreja Evangélica Cristo Vive
KUGARISSICA - Associação Comunitária de Desenvolvimento - Sofala
MASK - Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil
MCDR - Missão Cristã para o Desenvolvimento Rural
MSCD - Movimento da Sociedade Civil para Democracia
MSSTP - Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe
MULEIDE - Mulher Lei e Desenvolvimento

NPCHIV/SIDA - Núcleo Ptovincial de Combate ao HIV/SIDA
OCBs -Organizações Comunitárias de Base
ONG - Organização Não Governamental
ORAM - Associação Para a Ajuda Mútua
OREC - Organização Para a Resolução de Conflitos
OSC - Organizações da Sociedade Civil
RNSTP - Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe
RODHS - Redes das ONGs dos Direitos Humanos
SADC - Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral
SC - Sociedade Civil
TEIA - Forum Nacional das ONG´s Moçambicanas
UA - União Africana
UEM - Universidade Eduardo Mondlane
UPCT - União Provincial de Camponeses de Tete

Instituto de Edificação da Paz

Introdução

O Instituto de Edificação da Paz (IEPA) é um programa da JustaPaz que está inscrito no seu plano estratégico 2006/2010. É implementado uma vez por ano e em 2008 conheceu a sua terceira edição. O IEPA foi concebido como forma de contribuir na Edificação da Paz e na disseminação de instrumentos e técnicas pacíficas e cooperativas de resolução de conflitos no seio dos 5 países Africanos que tem o Português como língua oficial.

A concepção deste programa, esteve associado a ideia de que muitos conceitos, abordagens e metodologias sobre a edificação da paz hoje existentes, estão escritas na língua Inglesa e isto constitui uma grande limitante para a disseminação desses conhecimentos nos países falantes do Português. A JustaPaz através do IEPA procura envolver-se na sua minimização de modo que estas matérias estejam disponíveis aos PALOPs. A JustaPaz acredita que com a implementação dos cursos bi-semanais, sobre matérias relativas a edificação da paz estará contribuindo na criação de infra-estruturas necessárias e imprescindíveis para a edificação da paz e transformação de conflitos nestes países.

Participantes do IEPA

O IEPA é composto por duas partes nomeadamente: a conferência de edificação da Paz nos Palops e os cursos.

Conferência de Edificação da Paz

Zefanias Chuhulume a esquerda e Dr. Alfiado Zunguza a direita

Realizada entre os dias 10 e 11 de Julho de 2008, na cidade de Maputo, conferência de edificação da Paz nos PALOPs 2008 tinha como objectivo, levar a sociedade civil a se engajar na análise crítica do seu potencial para exercer um papel cada vez mais proactivo no desenvolvimento e crescimento sustentável dos PALOPs nas suas mais variadas vertentes.

Com uma participação de 49 pessoas, a conferência teve como tema principal: Sociedade Civil nos Palops: Constrangimentos e Desafios.

Este tema foi adoptado em virtude de se considerar que, a emergência de organizações da sociedade civil como actores importantes no processo de reconstrução e reabilitação nos países africanos de expressão portuguesa, trouxe uma nova abordagem nos processos de desenvolvimento económico, social e político destes países.

Os desafios da sociedade civil desde o seu surgimento foram entre várias, o envolvimento em questões da dívida externa, da democratização multipartidária, promoção de boa governação, direitos humanos e outros, o que tem trazido grandes benefícios para as comunidades complementando assim as actividades dos Governo nos processos de desenvolvimento.

Nota-se ainda que a sociedade civil esta tornando-se num forte poder em várias partes do mundo,

(pois) onde a sua voz conduz à reorientação governativa, muda políticas e molda as estratégias de desenvolvimento dos países. A força da sociedade civil como um poder reside em vários factores dos quais podemos destacar os seguintes: Clareza do seu papel na sociedade; coesão; capacidade de mobilização; número de organizações e de pessoas envolvidas e ainda a capacidade técnica e operativa.

Justificou ainda a escolha do tema acima mencionado, a assumpção de que, apesar do crescimento e aperfeiçoamento do seu papel, no espaço falante de português em África, a sociedade civil atravessa também grandes constrangimentos. Esses constrangimentos incluem: vulnerabilidade política, divisões internas, fraca capacidade de mobilização, recursos financeiros e técnicos limitados, falta de uma visão comum sobre o seu papel e suas potencialidades.

O Papel da Sociedade Civil na Promoção da Democracia e boa Governação e Estratégias e Abordagens para uma maior Cooperação entre as Sociedades Civis dos PALOPs, foram também assuntos que mereceram destaque.

O primeiro tema, **Sociedade Civil nos PALOPs: Constrangimentos e Desafios**, foi apresentado pelo Reverendo Anastácio Chembeze. Esta apresentação focou aspectos comparativos entre as Organizações da Sociedade Civil nos PALOPs, com especial enfoque para Angola e Moçambique. **Anexo 1.**

Participantes da Conferência

1. Anastácio D. L. Chembeze (Rev.), é Pastor da Igreja Metodista Unida, Licenciado em Teologia e Mestrado em Paz e Governação pela Africa University, Zimbabwe. Actualmente é Oficial Sénior de Programa na ACCORD, Africa do Sul, gerindo um programa de edificação de paz em Angola direccionado no fortalecimento da capacidade da sociedade civil no processo de democratização. Tem experiência académica tendo leccionado na Universidade Pedagógica e Universidade Jean Piaget de Moçambique, para além de ter servido como Pastor de uma congregação na cidade da Beira

A seguir a apresentação, foi aberto um espaço de debate onde os participantes puderam levantar algumas questões e deram seus contributos. Estes referiram-se ao facto de:

1. A sociedade civil nos PALOPs ser ainda nova e que todos os que nela estão envolvidos se encontrarem num processo de aprendizagem;
2. A necessidade de todas as organizações da sociedade civil definirem com clareza a sua missão e visão claras. No sentido de que cada organização possa estar clara no que concerne ao seu âmbito de actuação e o valor acrescentado que possa dar a outras organizações da sociedade civil. Fazendo isso, evitar-se-á que as organizações compitam e permitirá parcerias, criação de sinergias e uma efectiva troca de experiências;
3. A necessidade de as organizações da sociedade civil evitar confundir a acção cívica da acção política. A ideia é que os partidos político se engajam em acções visando a conquista do poder e não deve ser esse o objectivo da sociedade civil. O objectivo dela deve sim passar pela oferta de ideias que visam a melhoria de politicas públicas e consequente bem-estar social.
4. A necessidade de a acção cívica ser por vocação e não como resposta a falta de emprego. Pois isso minimizará os conflitos de liderança que surgem em muitas associações da sociedade civil.

A segunda palestra foi feita pelo Dr. João Pereira[2] coju o tema foi: **O papel da Sociedade Civil na Promoção da Democracia e Boa Governação**.

Na sua dissertação, o orador disse ser importante antes de mais fazer-se uma análise ao tipo de Sociedade civil presente nos PALOPS e a relação que esta tem com o processo de construção da democracia. O Dr. Pereira concentrou a sua apresentação a aspectos ligados às Organizações da Sociedade Civil em Moçambique. **Anexo 2**.

Finda a apresentação do *paper* do Dr. João Pereira, houve igualmente um espaço de debate onde os participantes também deram os seus contributos e fizeram algumas questões. Um dos participantes

[2] Docente no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Universidade Eduardo Mondlane, bem como investigador associado do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), da Unidade de Pesquisa Sobre Democracia em Africa do Centro de Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade da Cidade do Cabo, do Afro Barómetro e do projecto de Comparação Nacional de Eleições. Actualmente, Dr. João Pereira é para além de docente e investigador, director do Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil

questionou sobre que medidas se devia tomar face a aparente diminuição de espaço para acções cívicas à nível distrital, ao que o orador respondeu dizendo que, as fragilidades e os problemas políticos a nível local não devem ser vistas pela Sociedade Civil como um fim mas como uma oportunidade. Disse ainda que, essas dificuldades surgem do facto de a sociedade civil se ter habituado a fazer o que não leva a confrontação, para depois dizer que mesmo que se envolva nessas acções assistencialistas deve o fazer como uma consciência crítica e questionar a quem devia por obrigação praticar aquelas acções.

Debate em plenária

O período da tarde neste primeiro dia foi dedicado a composição de painéis de debate que deviam reflectir sobre a seguinte questão: ***Que programas e actividades as Organizações da Sociedade Civil podem desenvolver, afim de assumir um papel mais proactivo nos processos de democratização e boa governação?***

Como resposta os participantes avançaram com as seguintes sugestões:

1. A Sociedade Civil precisa de estar clara quanto a seus direitos e deveres e precisa de se unir e criar sinergias pois só assim é que poderá realizar eficazmente o seu papel;
2. É necessário e urgente que haja uma preparação adequada do pessoal ligado as organizações da Sociedade Civil para que esteja melhor preparado, compreenda com clareza e melhor exerça o seu trabalho. Mas isso passa também pela melhoria da governação interna no seio das próprias organizações da Sociedade Civil;
3. É imprescindível a adopção de instrumentos legais que protejam os membros da Sociedade Civil contra manobras daqueles que queiram silencia-lá e contra interferência Governamental na sua actuação. Porém é importante que as associações da Sociedade Civil estejam preparadas para lidar com as manipulações políticas;
4. As organizações da Sociedade Civil precisam de estar claros quando a sua visão, missão e devem se especializar e se profissionalizar nas suas áreas de actuação pois isto irá contribuir para elevação da qualidade do seu trabalho;

5. A sociedade civil deve com honestidade, proceder a sua introspecção, procurar identificar as suas forças, fraquezas, oportunidade e ameaças.
6. As organizações da sociedade devem apostar mais na confrontação de ideias com o Governo, na monitoria e advocacia da governação e ir deixando de ser meras associações assistencialistas e de prestação de serviço.

II Dia

No segundo dia da conferência, foi feita a terceira e última apresentação pelo Prof. Dr. Lourenço do Rosário[3] com o tema: **Estratégias e Abordagens para uma maior cooperação entre as Sociedades Civis dos PALOPs. (*)**

O orador começou por se referir a noção de cooperação, dizendo que cooperar significa companhia. Segundo este..."cooperar não se deve confundir com parceria, pois esta última (a parceria) consubstancia um contrato onde os parceiros acordam a troca de um determinado serviço ou bem e tal (troca) não precisa de ser necessariamente igual. Na cooperação, os cooperantes entram em igualdade de circunstâncias. Todos tem que estar ligados ao mesmo objectivo e andar lado a lado. Aqui, quem dá deve receber algo em troca. A cooperação é um acto de acção em igualdade de circunstâncias". **Anexo 3.**

Após a apresentação seguiu-se um espaço de esclarecimentos e contribuições onde um dos presentes quis saber como é que a Sociedade Civil dos PALOPs poderia se valer dos canais institucionalizados em organizações político-regionais e Continentais, quando a partida se sabe que elas são infuncionais (?).

Participantes da Conferência

[3] O professor Rosário é Doutorado em Teologia Romana e actualmente desempenha as funções de reitor da Universidade Politécnica e cumulativamente é presidente do Fórum Nacional do MARP (Mecanismo Africano de Revisão de Pares).

* Até a finalização do presente relatório esta apresentação não nos foi fornecida

O orador respondeu dizendo que, "o maior problema reside nas fraquezas e incompetências da própria Sociedade Civil pois, um bom projecto pode mover uma instituição moribunda. O importante é que a Sociedade Civil consiga mostrar que o seu projecto é efectivamente necessário para as comunidades desses países".

No período da tarde, os presentes formaram dois painéis de debate para discutir a seguinte questão: **como é que as organizações da Sociedade Civil podem trabalhar juntas e desenvolver uma visão comum sobre o seu papel na sociedade?**

Como resposta os grupos propuseram que:

1. Mediante a criação de um fórum da Sociedade Civil dos PALOPs, no qual todas as organizações existentes em cada um dos 5 países estariam congregados e neste fórum regional cada país seria representado pelo seu Fórum Nacional da Sociedade Civil;
2. Através da criação de um website comum que serviria como um instrumento de interacção e partilha de informação entre os fóruns regionais e as organizações individualizadas;
3. Por intermédio da operacionalização dos mecanismos que permitam o intercâmbio, troca de experiência e saberes entre as organizações dos diferentes países, tendo em conta as áreas de actuação de cada uma das organizações.

Grupo de trabalho

Conclusões

Finda a terceira Conferência de Edificação da Paz nos PALOPs conclui-se que o debate sobre questões da Sociedade Civil deve ser algo ininterrupto, pois, só assim se poderá medir a consolidação desta força. Constatou-se ainda que há urgência em capacitar as OSC no sentido de fortifica-las e assim desassocia-las da conjunção politica o que permitira uma melhor monitoria das acções dos governos/Estados.

Deve-se também melhorar os mecanismos de cooperação entre as SC nos países de expressão portuguesa em África e isso passa pela manifestação de vontade, projecto coesos e objectivos comuns.

Participantes do IEPA

Cursos do Instituto de Edificação de Paz 2008

O Instituto de Edificação da Paz 2008 teve 4 cursos nomeadamente:

1	Introdução a Transformação de conflitos
2	Desenvolvimento e Edificação da Paz;
3	Conflitos Intra-Organizacionais: Natureza e sua transformação
4	Género, HIV-Sida e Conflitos

Apresentação em plenária

Estes foram frequentados por 31 pessoas provenientes de várias organizações Moçambicanas e São Tomenses e foram ministrados entre os dias 14 a 25 de Julho de 2008 nas instalações do Centro de Conferências das Telecomunicações de Moçambique em Maputo.

A primeira sessão decorreu entre os dias 14 a 18 e foram ministrados dois cursos nomeadamente: Introdução a Transformação de Conflitos e o de Desenvolvimento e Edificação da Paz.

O curso de **Introdução a Transformação de Conflitos** tinha como objectivos fazer uma introdução geral da área de transformação de conflitos e edificação da paz, introduzir conceitos e teorias sobre análise e transformação de conflitos e abordar a evolução histórica da disciplina de transformação de conflitos. Usando a metodologia participativa, o curso versou ainda sobre processos de mediação, negociação na perspectiva de edificação da paz.

O curso foi ministrado pelos Dr. Alfiado Zunguza[4] e Sr. Francisco de Assis[5] e tomaram parte 13

[4] O Dr. Alfiado Zunguza é director Executivo da JustaPaz. É mestre em análise de Conflitos pela Eastern Mennonite University (EUA) e diplomado em Teologia pelo seminário Unido de Ricatla (Moçambique) e desempenha actualmente o cargo de Director Executivo da JustaPaz.

[5] Francisco de Assis é professor de profissão e Bacharel em Ciências de Educação e actualmente ocupa o cargo de Oficial de Programas na JustaPaz.

pessoas provenientes da OREC, UEM, Muleide, FOPROI, ACUDES, RNSTP, MSCD, IECV, CCM, ORAM, MCUR E UPCT.

O curso de **Desenvolvimento e Edificação da Paz**, ministrado pelos Drs. Calton Cadeado[6] e Graciete Macuácua[7] teve como objectivos: discutir a relação entre o desenvolvimento e a edificação da paz nos PALOPS; dar uma visão e contribuir para a valorização da interdependência entre as agendas de desenvolvimento e ainda fornecer ferramentas teóricas e práticas para análise de conflitos de forma estruturada e crítica.

O curso procurou trazer aos participantes, novas abordagens de resolução de conflitos provenientes da implementação de programas de desenvolvimento nas comunidades.

Neste curso participaram 6 formandos provenientes da Pharmature, IBACI, MSSTP e FOCAMA.

Na segunda semana, de 21 a 25 de Julho de 2008, decorreram também dois cursos, nomeadamente: Conflitos Intra organizacionais: Natureza e sua transformação e Género, HIV/SIDA e Conflitos.

O curso de **Conflitos Intra-Organizacionais: Natureza e sua Transformação** foi ministrado pela Dr. Isabel Búfalo.[8]

Deste curso participaram 12 formandos provenientes da MCSR, RNSTP, FOPROI, Pharmanature, RODHS, Igreja Betânia Apostólica, Kugarissica, Igreja Cristo Vivo, UEM e da UPCT.

6 Dr. Calton Cadeado é docente universitário e Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia pelo Instituto Superior de Relações Internacionais (Moçambique). O dr. Calton possui larga experiência na área de transformação de conflitos.

7 A Dra. Graciete Macuácua possui o mestrado em Educação de Adultos e Licenciatura em ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica (Moçambique). Possui bastante experiência na implementação de programas de desenvolvimento comunitário.

8 A Dr. Isabel é licenciada em psicologia das organizações e do trabalho, Pós graduada em Ciências da Educação e mestranda em Desenvolvimento Curricular e Institucional. Actualmente, ela é docente da Universidade Politécnica.

Este curso tinha os seguintes propósitos:

- sensibilizar e capacitar os formandos para lidar com as questões de prevenção e transformação de conflitos dentro das organizações.
- dotar os formandos de conhecimentos que lhes permitem dominar conceitos, terminologias técnica e estratégicas aplicáveis na área,
- desenvolver capacidades de identificação e actuação em situações de pre-conflito para além de capacidades de uso adequado dos instrumentos de resolução de conflitos.

Participantes do IEPA

Para alem de capacitar os participantes com conhecimentos sobre os conflitos mais comuns nas organizações e formas de preveni-los o curso introdução aos participantes metodologias de planificação, coordenação, liderança, dinâmicas de relacionamento interpessoal e o impacto trazido pelos sistemas de gestão de conflitos nas organizações.

O curso de **Género, HIV/SIDA** procurou munir os participantes de ferramentas teóricas no que concerne a questões relacionadas com a problemática do género, HIV/SIDA e sua relação com o conflito. Este foi facilitado pelo Dr. Diogo Milagre[9]e contou com a participação de 17 pessoas provenientes de várias organizações nomeadamente: MJ,

ROHDS, OREC;FOCAMA, MULEIDE, ACUDES, AJUCSID, RNSTP, MSCD, MSSTP, CCM, KUGARISSICA e ASKUT.

Foram objectivos do curso:

- dar uma visão global da forte interligação entre HIV/SIDA, GÉNERO E CONFLITOS dentro da Sociedade Civil;
- Introduzir conceitos e terminologias sobre HIV/SIDA e GÉNERO, suas estratégias e abordagens para combater o HIV/SIDA e promover equidade de género.

[9] Ele possui dois mestrados, um e Gestão de Negócios (MBA) e o outro em Economia Agrária pela Universidade de Liverpool e de Aberdeen, respectivamente. Dr. Milagre tem ainda, uma licenciatura em psicologia pela Universidade Pedagógica e actualmente desempenha as funções de Secretário Executivo Adjunto do Conselho Nacional do Combate ao HIV/SIDA

Avaliação e comentário dos Participantes

Leonel dos Santos Fernandes, - MSSTP

Aprendi muita coisa sobretudo matérias relacionadas a análise, transformação de conflitos e edificação da paz. Estes conhecimentos serão úteis no meu desempenho profissional e farei de tudo para difundir estes conhecimentos a outros São-tomenses que não tiveram o privilégio que eu tive de cá vir aprender.

Adriano Huo, - FOPROI

As formações que aqui tivemos nos irão permitir que melhoremos a forma como abordamos vários assuntos em nossas organizações, desde a forma como lidamos com conflitos internos até a forma como tratamos vários aspectos relacionados com o género e sobretudo quando associado à problemática do HIV-SIDA.

Fernando Chinanga, - CCM-Manica

A participação nos cursos do IEPA foi uma boa experiência pois deles consegui aprender muitas coisas e assim me sinto capaz de enfrentar muitos casos conflituosos a partir da minha família assim como na Igreja que sirvo.

Judite Saveca, - Igreja Assembleia de Deus Gaza

Devo dizer que gostei imenso de ter participado destes cursos pois neles adquiri não só experiência como também sabedoria. A primeira coisa que farei ao chegar a Xai-Xai será de reunir outros líderes religiosos e partilhar com eles estes conhecimentos pois sei que eles necessitam. Pessoalmente me cruzava com muitos conflitos na família e fora dela e pensava que a melhor forma de solucioná-los era calar-me mas isso não correspondia a verdade porque eu continuava sofrendo. Agora com os conhecimentos aqui adquiridos já sei e estou preparada para dialogar construtivamente na solução dos vários conflitos.

Anexo I

Sociedade Civil nos PALOPs: Constrangimentos e Desafios,

Rev. Anastácio Chembeze

Introdução

O processo de construção e afirmação da sociedade civil (CS), que há primeira instância, parece ser um fenómeno novo no continente africano, aos poucos vai ganhando afirmação por motivações diversas, uma das quais de natureza política e principalmente pela globalização e a dinâmica subsequente como a onda de democratização a partir da década de 1990s. Ao nível dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) este fenómeno não está alheio aos desenvolvimentos que acontecem no resto do continente tendo em conta com as dinâmicas regionais em que cada país membro está inserido. Nesta perspectiva, há necessidade de analisar com rigôr o contexto do surgimento e afirmação da SC nos PALOPs, sua operação, constrangimentos e desafios para melhor desenhar estratégias de sua intervenção e projector consequente impacto.

Esta apresentação é uma análise comparativa entre alguns aspectos da SC em Angola e Moçambique em com objectivo de encontrar traços comuns e suas diferenças, principalmente o contexto histórico-politico do seu funcionamento. A principal motivação na escolha destes dois países reside no seu passado histórico comparativamente comum. Por razões pragmáticas este trabalho não abarca outros países membros desta comunidade. Este trabalho é baseado na experiência própria e de envolvimento com organizações da sociedade civil (OSC) à vários níveis, com maior destaque às organizações nacionais e fóruns de organizações nacionais. Este artigo não poderá e nem tenciona esgotar todos mecanismos e debates neste sentido. Ele não é académico, mas serve para provocar debate construtivo nesse sentido.

Contexto Histórico-Político: Alguns Traços Comuns

Angola e Moçambique compartilham um passado histórico de colonização, apesar das suas diferenças de ênfase no sistema de colonização. Salienta-se, entretanto, que Angola foi uma excepção pois o sistema de dominação colonial criou divisão e surgimento de classes sociais que mais tarde tornaram-se fontes de conflitos, fricções de identidade e ideológica. Tal como em outros PALOPs ambos se tornaram independentes em 1975 por via de luta de libertação nacional, sendo em Angola três movimentos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), União para a Libertação Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e Moçambique somente um, a Frente de Libertação Nacional (FRELIMO) tendo imediatamente optado pela política de governação socialista (comunista) inspirado nos princípios propalados pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Apesar destas semelhanças, em Angola as diferenças começam ser mais notórias justamente com o processo da independência nacional no qual foi necessário o estabelecimento do Acordo de Alvôr[10] que determinaria os termos da independência e a formação do governo. Entretanto assistiu-se uma fragmentação total pelos três movimentos nacionalistas com o MPLA a declarar unilateralmente a independência em Luanda, o mesmo a acontecer com a UNITA em Huambo e a FNLA em Mbanza-Congo; todos a 11 de Novembro de 1975. É importante notar que a esta altura o MPLA é socialista, a UNITA apoiada pelos Estados Unidos da América (EUA) e o regime do Apartheid da África do Sul, e a FNLA apoiada pelo regime de Zaire (actual República Democrática do Congo - RDC) de Mobutu Sese Seku.

Em contrapartida, Moçambique estava no processo de expansão da sua ideologia política comunista com vista ao estabelecimento de um processo de identidade e construção nacional através do estado, eliminando assim, internamente, todos os seus oponentes ideológicos a qualquer custo, tendo resultado nisso grupos de descontentes que com apoio externo formaram a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) tendo resultado em guerra civil que durou cerca de 16 anos. A guerra civil em Moçambique terminou pela via negocial e com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) a 4 de Outubro de 1992.

[10] O Acordo de Alvôr foi assinado a 15 de Janeiro de 1975 entre o Governo Português e os Movimentos de Libertação de Angola, nomeadamente a FNLA, MPLA e UNITA.

Os dois países sofreram os efeitos da guerra fria, com maior intensificação para Angola que se tornou em campo de batalha entre o Ocidente e o Leste, manifestando-se claramente no decorrer da guerra civil dos 27 anos, com os três principais movimentos de libertação nacional, nomeadamente o MPLA, UNITA e FNLA, tendo o último sendo eliminado militarmente durante a guerra civil, adicionado às forças Cubanas e Sul Africanas como os principais protagonistas. O cúmulo disto foi a batalha de Cuito Cuanavale de 13 Janeiro a 23 Março de 1988, entre as forças governamentais, Forças Armadas Populares de Angola (FAPLA) apoiadas pelas tropas Cubanas contra a UNITA apoiada pela SADF (South African Defence Force ou simplesmente, Forças de Defesa da África do Sul). Nesta batalha todos clamaram vitória, mas isto não é importante. Importante é que foi a única batalha convencional no solo africano depois da II Guerra Mundial. Depois de vários processos negociais para o fim do conflito, um interregno foi observado em 1991/1992, com a assinatura do Protocolo de Lusaka, que determinaram a realização de eleições gerais que terminaram com a vitória do MPLA nas legislativas e uma segunda volta nas presidenciais entre José Eduardo dos Santos do MPLA e Jonas Malheiro Savimbi da UNITA. O último repudiou e retornou a guerra, a chamada a terceira guerra civil que terminou em Fevereiro de 2002 com a morte em combate de Jonas Savimbi e consequente assinatura do Memorando de Entendimento de Luena e Abril do mesmo ano. Infelizmente esse acordo é puramente militar e não inclusivo.

Moçambique já experimentou várias eleições, entre gerais e autárquicas, e está a preparar as primeiras eleições províncias. Apesar dos resultados serem sempre menos satisfatórios em termos de participação massiva da população, pode-se afirmar que a cultura desse tipo de exercícios está se enraizar. Por outro lado, a composição das instituições eleitorais foi gradualmente melhorando qualitativamente, tendo a formação da actual Comissão Nacional de Eleições (CNE) sido um exemplo disso, com uma composição maioritária da SC. Isto não significa que está tudo bem, mas os princípios usados são bastante encorajadores.

Em Angola, o cenário é completamente diferente, as únicas eleições terminaram em desastre. Para muitos, eleições são sinónimo de guerra. Apesar de esforços na organização eleitoral para 5 de Setembro de 2008, ainda há muitas zonas de penumbra em relação a independência do órgãos eleitorais e o peso do executivo ou governo sobre todas outras instituições do Estado. Por outro lado a observação e exercício das liberdades constitucionais pelos cidadãos e o cumprimento imparcial do sistema legal no país. Acrescido a isto é o alto nível de corrupção e o alto custo de vida que o país

enfrenta. Em conta partida, Angola é um país com um potencial energético extraordinário, com recursos naturais em abundância e pobreza acentuada. Estima-se que 68% da população Angolana é pobre vivendo com menos de US$2.00 por dia.

Constrangimentos e Desafios

Se tomarmos em consideração os elementos acima indicados, pode-se facilmente concluir que tanto em Moçambique, como em Angola, há determinado ponto do seu percurso histórico, o Estado foi enfraquecido resultando na fragmentação social e destruição da identidade nacional com todas consequências, incluindo económicas. Há que salientar, entretanto, factores externos que contribuíram sobremaneira neste enfraquecimento, mas esta apresentação não salienta tais embora sejam importantes.

Algumas observações que se podem fazer residem no facto de tanto Moçambique como Angola terem instituições ainda muito fracas, a todos os níveis, tanto ao nível do Estado como da SC. Verifica-se com muita frequência que não há separação de poderes do Estado o que implica na governação. Ao nível da SC o factor governação também é chave. Hoje verifica-se o surgimento massivo de muitas organizações (ONGs, MONGOs, GONGOs) com fins pouco claros e que podemos observar o seguinte:

- Falta de pessoal formado e habilitado na coordenação, gestão e distribuição de rendimentos, aqui falamos da coisa pública e ou alocados ao sector público, ONGs etc;
- Falta de formação e capacitação para produzir conhecimento que beneficie a governação e administração das ONGs, particularmente as organizações comunitárias de base (OCBs) e associações que realmente representam na sua maioria a SC, embora não organizada;
- Unificação e solidariedade nos problemas sociais e comuns para evitar a fragilidade social e institucional ao nível da CS. O contrário disso é que em alguns casos, a SC é responsável pelo seu mau funcionamento e falta de progresso;
- A politização da CS. Muitas vezes a CS tende a desempenhar funções políticas ao invés de complementar e oferecer alternativas nas acções do Estado, isto é, preencher o vazio deixado pelo Estado;
- Rever políticas de acções tendentes a contribuir na formulação, implementação e monitoria de programas que beneficiam ao cidadão comum. Isto requer especialização das OCS. Por

exemplo, a existência de ONGs que monitoram os trabalhos do Parlamento, órgãos de justiça e áreas específicas do governo ou executivo.

Um breve olhar para a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé & Príncipe nota-se que a CS está silenciosa e alheia aos grandes acontecimentos do país, principalmente no que diz respeito à resolução de conflitos e edificação de paz.

Uma breve comparação pode-se fazer em relação ao processo eleitoral entre Moçambique e Angola podemos observar o seguinte:

Moçambique	Angola
CNE inclusive com maioria da SC	Todos membros com funções políticas
Financiamento das ONGs e instituições internacionais	Financiamento estatal para a SC (Plataforma Eleitoral e Redes Eleitorais Províncias) e ONGs internacionais
Aparente imparcialidade	Parcialidade ou tendência para tal na observação do registo eleitoral
Crescimento no conhecimento sobre eleições e processo eleitoral	Registo eleitoral muito longo: falta de processo. As eleições são um grande negócio de elaboração de esquemas financeiros

Aos poucos a SC se apercebe e assume o seu papel pois luta para criar seu espaço	Tendência de partidarização massiva
	A SC não é livre nem independente
	Não faz parte na tomada de decisões fundamentais

Com base nos argumentos mencionados, é previsível que o quadro negro tem que ser invertido pelos seguintes, entre outros pontos, o caminho a seguir tem que necessariamente passar por as OSC tomarem um papel mais proactivo no sentido de:

- Fiscalizar (denunciar o que está mal, propondo soluções e reconhecer o que está bom);
- Complementar acções do Estado e preencher os espaços vazios;
- Advocacia e lobbying; entre outras.

"O Papel da Sociedade Civil em Processos de Mudança."

ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

Análise de conflito e ambiente de operação
Definições de Sociedade Civil e ONGs
Conceito de operação
Desafíos
Conclusão e perguntas

PARADIGMA DE CONFLITO

Discórdias internas/conflitos e disputas
Sistemas de conflitos regionais
Papel dos civis
Desastres humanitários
Abusos e violação de direitos humanos

AMBIENTE

Autoridade civil
Serviço ou função pública
Economia
Desorientação social
Movimentação da população
Respostas das organizações internacionais, inter-governamentais e não governamentais

SOCIEDADE CIVIL

Definição

"é uma entidade social colectiva existente independentemente do estado… espaço público entre os cidadãos e governo, composto por ONGs, movimentos sociais como associações profissionais e voluntárias estruturando a sociedade a criar redes de influência e grupos de pressão"

OBSERVAÇÕES

Construção de Relaccionamentos
Princípio de "partilha de energia positiva vs acima ou sobre poder"
Pedra fundamental e possíveis de fazer
Desenvolvimento e passos de seguimento
Processos de benefícios mútuo
Melhoramento da relação total

HABILIDADES DE PARCERIA

Atmosfera de parceria convidativa
Clarificação de percepções
Focalizar às necessidades individuais e colectivas
Desenvolver "com poder"
Focalizar no passado, presente e futuro
Gerar ou criar opções

CONCEITO DE OPERAÇÃO

Envolvimento de sectores da sociedade
Fortalecer capacidades locais
Conceber processos
Criar esperaça
Criar diálogo
Promover educação e fortificar profissionalismo
Troca de experiências
Fortalecer formação de coligações
Formação institucional
Avaliação do Impacto de Conflito
Aviso Prévio e Resposta Prévia
Promover soluções integradas

O TRABALHO

Pesquisa e Aviso Prévio
Desenvolvimento / criação de políticas
Advocacia e Lobby (grupos de pressão)
Desenvolvimento de capacidades

CARACTERÍSTICAS QUE DEFINEM

Independência
Descentralizatção
Acordo consensual
Formação contínua durante o trabalho
Doutrina / elementos de ideologia
Abordagem a longo termo

DESAFÍOS

Independência
Financiamentos (fundos)
Parcerias
Cometimento (compromisso)

Anexo II

«Sociedade Civil, participação e cidadania: Do que estamos falando em Moçambique?»

João C. G. Pereira

Resumo: Este artigo analisa a sociedade civil em Moçambique na sua relação com o Estado. No desenvolvimento deste artigo procurei mostrar que a ideologia neoliberal do Estado mínimo abre espaço público na qual as organizações comunitárias, ONGs (organizações não governamentais), Organizações da sociedade civil (OSC) e fundações passam a desenvolver uma postura assistencialista e de desenvolvimentista que consiste na prestação de um auxílio material ou financeiro ao Estado no sentido de resolver as demandas dos cidadãos, muito raro assume uma postura reivindicatória de característica política. O Estado isenta-se da responsabilidade social e compromete-se com a modernização económica.

A existência de organizações assistencialistas e de desenvolvimentistas em Moçambique tem dificultado a emancipação popular, a mobilização política, a questionação, a prestação de contas e está a estabelecer um processo de acomodação "solidária" entre "gestores do Estado" e os cidadãos. E no meu entender, engana-se quem acredita que por meio de doações materiais é possível garantir vida digna à população carente e consolidar a democracia.

Palavras-chaves: Sociedade Civil, participação, cidadania, mobilização social, assistencialismo, desenvolvimentalismo, Moçambique.

Introdução

O processo de construção democrática enfrenta hoje em Moçambique um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na "crescente" participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão. O marco formal desse processo é a Constituição de 1990, que consagrou o princípio de liberdade de expressão e de participação da sociedade civil em processos políticos.

De outro lado, como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projecto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projecto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington.

O objectivo deste artigo é mostrar que a acção da sociedade civil não deve simplesmente desempenhar as funções do Estado, mas sim mobilizar, organizar e articular o processo de questionação e confrontação. Confrontação, não em termos de violência política, mas sim em termos de mobilização dos cidadãos para monitorar o governo no processo de desenho e implementação de políticas públicas.

Metodologia:

Para dar resposta e satisfação aos objectivos deste estudo, o pesquisador usou uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos. Nos métodos qualitativos, usei as entrevistas semi-estrutradas e focus groups discussion. Nos métodos usei a base de dados do Afrobarometer. Usei também a revisão de documentação secundária, com ênfase na bibliografia sobre a discussão das questões ligadas à sociedade civil, mobilização política, participação das comunidades no processo de formulação de políticas, procurando desta forma encontrar um quadro conceptual que responda ao objecto de estudo. Grande parte de fontes secundárias incluíram livros, jornais, revistas, publicações do governo e outra documentação sobre o assunto, e foram retiradas da Internet e das bibliotecas da Universidade Eduardo Mondlane e das organizações internacionais e nacionais que operam em Moçambique.

A participação democrática em Moçambique

Nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1990, presencia-se, no cenário político moçambicano, a ampliação do processo de democratização da sociedade. Com a ruptura do regime do partido único, a partir de 1990, começaram surgir manifestações da sociedade civil que, de forma organizada, se engajou num amplo movimento de participação política. Durante a década de 1990, a sociedade moçambicana foi palco de um processo de revitalização da sociedade civil que emergiu com a luta pela democratização do Estado e da sociedade. Esse período foi marcado por um movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública como a organização de movimentos sociais em diferentes sectores, o fortalecimento dos média, a visibilidade das demandas populares e a "luta" por direitos sociais.

Nos últimos anos, o governo de Moçambique abriu espaços institucionais para a participação dos cidadãos no processo de formulação e implementação de políticas públicas através de mecanismo tais como as Instituições de Participação e Consulta Comunitária, a Lei sobre os Órgãos Locais do Estado e o Fórum anti-Corrupção. A participação dos cidadãos está igualmente realçada em documentos oficiais, tais como o PARPA I e II, a Agenda 25, a Estratégia Global para a Reforma do Sector Público e o Plano Estratégico para administração Estatal 2006-2010.

Em resposta a estas aberturas pôde-se observar o surgimento, na sociedade moçambicana, de diversos forums, de âmbito nacional, distrital e municipal, visando a participação dos cidadãos nos processos de formulação de políticas sociais nas diversas áreas: saúde, educação, assistência social, meio ambiente, habitação, e de defesa de direitos da criança e do adolescente, da mulher, dos idosos, dentre outros. Os Forums surgem como um novo modelo de actuação das OCS com vista a ter maior articulação, mobilização e articulação no processo de formulação e no controle das políticas públicas. Alguns académicos concluíram nos seus estudos que as coligações das OSC ,por um lado, têm alcançado os seus objectivos, por exemplo, a Campanha Terra, o Grupo da Divida e ainda a sua inclusão no Observatório da Pobreza e na comissão de eleição do Presidente da Comissão Nacional da Eleições (CNE) (Negrão, 2003), e por outro lado, académicos como Hodges et al. (2005) e Francisco et al. (2006), afirmam que este desempenho deve ser olhado com muita cautela visto que os espaços conquistados pelas OSC é mais resultado duma imposição de doadores internacionais, a quem o

governo presta contas, do que resultado da suas próprias acções. Segundo Francisco et al. (2007), o espaço cedido à sociedade civil precisa de dar lugar a formas de parceria efectivas, ao empoderamento real da sociedade/cidadãos e à transferência da prestação de contas do Estado aos doadores para a sociedade, através dum Parlamento pró-activo, eficiente, eficaz e competente (veja também Macamo, 2006; Mosse, 2007)

OSC: Assistencialismo, Desenvolvimentalismo e Cidadania

A ideologia neoliberal do Estado mínimo (Freitas, 2002) agrava o problema da pobreza e contribui, de forma significativa, para o desamparo social. O cenário desolador que se abate sobre a população carente sensibiliza diversos sectores da SC e promove a mobilização social no combate à pobreza. Nesse processo, o Estado isenta-se da responsabilidade social e compromete-se com a modernização económica, facto que intensifica as desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos. "Se os governos não têm assumido suas responsabilidades, para garantir o mínimo social necessário para todo o cidadão, abre-se um espaço público no qual organizações comunitárias, entidades assistenciais, ONGs (organizações não governamentais) e fundações empresariais começam a buscar formas de reduzir a pobreza e fortalecer a democracia nas sociedades subdesenvolvidas" (Rico, 2004:79). Cardoso (2004:42), partindo de um exemplo de Brasil, sumariza muito bem este modelo de Estado mínimo:

> *"O que antes era uma tarefa dos governos passou a ser visto como uma obrigação de todos. A consciência da necessidade de eliminar do mundo a mancha da fome, da falta de acesso à educação, à saúde e à garantia dos direitos humanos básicos é, hoje, generalizada. Com certeza, no Brasil, existe disposição para não mais se aceitar a enorme desigualdade que, tradicionalmente, vem marcando nossa sociedade"*

Em oposição à consciencialização política, em Moçambique, uma grande parte das OSC podem ser classificadas de assistencialista ou desenvolvimentalista. A postura dessas OSC consiste na prestação de um auxílio material ou financeiro destinado a atender uma problemática imediata tal como alimentação, saúde, habitação, dentre outras.

Uma das formas usadas por essas organizações em lidar com o Estado moçambicano é através de

parcerias. As parcerias dificultam a construção de um projecto de emancipação popular, de questionação, de prestação de contas, de responsabilização e estabelece um processo de acomodação "solidária" entre "gestores do Estado" e os cidadãos. É importante que as OSC em Moçambique comecem a ver o Estado como uma "empresa" e os cidadãos como accionistas. Sendo o Estado uma coisa como "empresa", ele deve ter um modelo de gestão de desempenho e de satisfação dos accionistas, igualzinho às "empresas". MAS, em Moçambique, o cidadão não age como accionista. E, ao proceder assim, deixa o Estado nas mãos dos interesses daqueles que dele participam (de sua "gestão"). O resultado é que as metas não são atingidas ou porque não são definidas, ou porque não são de consenso ou porque não são medidas. E quando isso ocorre, o cidadão que foi mero observador no processo de monitoria da eficiência da gestão de seu corpo executivo, transforma-se em "um fiscal de obras prontas", adoptando como postura a reclamação e a critica.

OSC: Profundidade da sua participação na vida política

De acordo com (Batley, 1983:7) a participação pode manifestar-se de diferentes formas: como pressão junto a instituições oficiais com o intuito de obter respostas para demandas localizadas; como consulta; como acção directa; como contribuição em dinheiro ou em mão-de-obra; como aumento da organização e da consciência política; como compartilhando responsabilidades ou informações. Apesar da diversidade de interpretações, uma distinção importante pode ser feita entre aqueles que identificam participação como um meio e aqueles que a identificam como um fim. Quando a participação dos cidadãos ou comunitária é interpretada como um meio, geralmente, ela torna-se uma forma de mobilização que visa um determinado objectivo. Quando participação é identificada como um fim, o objectivo não é algo fixo e quantificável mas um processo cujo resultado é uma crescente e significativa participação no processo de desenvolvimento.[...]. Em relação à participação, (Moser, 1989:84) afirmou que, na verdade, não é a avaliação da participação como um meio ou como um fim que importa, mas a identificação do processo através do qual participação como um meio revela a capacidade de se desenvolver em participação como um fim.

Participação (algo como democracia), controle e transparência são ingredientes necessários para que um Estado possa crescer, atendendo satisfatoriamente aos seus stakeholders, que devem ter papéis claros e conhecidos por todos. A análise de vários documentos mostra que a participação da

sociedade civil na vida política em Moçambique é fraca (FDC, 2007). Na escala de participação para o exercício do poder, a sociedade civil/cidadãos fica geralmente entre o nível de manipulação e terapia, por um lado, e o nível de consulta e auscultação ad-hoc e informal e, por outro lado, sem o tipo de compromisso e responsabilidade mútua inerente às diferentes formas de parceria (Arnstein, 1969; Francisco et al..; 2007).

Parte da fraqueza da sociedade civil revela-se ao nível organizacional, disponibilidade de recursos financeiros e humanos, lideranças, visões, corrupção, capacidade de mobilização social e ausência de um interesse comum bem identificado.

Grande parte das SC ainda não pode ser classificada de movimentos sociais construídas por acções sociopolíticas realizadas por actores sociais colectivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas e estruturadas. A SC é como grupos de amigos que tenta criar uma identidade colectiva a partir da disponibilidade dos recursos disponibilizados pela comunidade internacional. Como são criadas com base na disponibilidade de recursos financeiros existentes no "mercado", as OSC acabam por desempenhar um papel limitado na promoção do crescimento do capital social, tanto ao nível distrital, provincial, local e nacional. De acordo com Putman, (1993), o baixo nível de capital social tem implicações profundas no processo de consolidação democrática. O argumento fundamental da teoria do capital social é que o funcionamento de instituições democráticas é condicionado pela existência de uma sociedade activa e vibrante.

OSC: Articulação e Mobilização social

Qualquer que seja a nossa função como cidadãos, o objectivo não é transformar as organizações a que pertencemos e os lugares onde convivemos como espaços de comodismo e despolitizado; mas sim espaços de pedagogia da indignação. Uma pedagogia onde se aprenda a utilizar um instrumento de questionação e de rompimento com o comodismo das elites políticas e das nossas organizações em busca de novas ideias e novos sonhos.

A transformação das organizações e dos espaços num instrumento de comodismo e ausência de indignação representa a morte, a despolitização e a irresponsabilidade nossa perante a sociedade e conformação com o *modus operandum*, como bem concluiu Cortella, (2000: 39):

> "Para nós, em última instância, adaptar-se é Morrer. Estar adaptado significa estar acomodado, circunscrito a uma determinada situação, recluso em uma posição específica; adaptar-se é, sobretudo, conformar-se (acatar, ou seja, submeter-se)".

Uma grande maioria das OSC em Moçambique são espaços de comodismo e despolitizados; raras vezes são espaços de pedagogia da indignação o que pode ser confirmado pelos resultados de várias pesquisas de opinião pública levadas a cabo pelo Afrobarometer e pela Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC). De acordo com os resultados de (2002), o recurso a formas de luta não partidária, como as greves, as manifestações e petições é ainda praticamente desconhecido; cerca de 40 porcento da população inquirida nunca participou em greves ou manifestações e 25 porcento participaria em tais acções se tivesse oportunidade para tal (CEP, 1998; 2002). O Afrobarometer de 2005 revela que 87 porcento dos cidadãos moçambicanos nunca contactou um funcionário do governo; um representante da Assembleia da República, ou o representante de qualquer entidade pública. Ainda de acordo com o Afrobarometer, cerca de 54 porcento dos cidadãos inquiridos recorre aos líderes religiosos para resolver os seus problemas, enquanto 24 porcento contacta regularmente os líderes comunitários.

O inquérito levado a cabo pela FDC revela que uma minoria de cidadãos (28 porcento) já realizou alguma forma de acção política apartidária, como por exemplo: participar numa manifestação pública, escrever uma carta para o jornal ou assinar uma petição (FDC, 2007).

Perante esta situação, engana-se quem acredita que é possível participar e construir cidadania com a despolitização das OSC e dos cidadãos. É importante re-politizar ou politizar as OSC não em termos de filiação partidária, mas sim como um espaço cívico de questionação e de debate de ideias. Uma autêntica escola da promoção da crítica e de abertura à democratização estruturadas através de diálogo e respeito pelas diferenças e instituições políticas.

Conclusão

Moçambique, no que se refere à construção de uma sociedade mais politizada, criativa e questionativa, ainda tem um longo caminho a percorrer. Os resultados da pesquisa mostram-nos que grande parte das organizações comunitárias, ONGs (organizações não governamentais), Organizações da sociedade civil (OSC) e fundações empresariais adoptaram uma postura assistencialista e de desenvolvimentista, que consiste na prestação de um auxílio material ou financeiro ao Estado no sentido de resolver os problemas dos cidadãos, muito raro assume uma postura reivindicatória de característica política.

Essas atitudes adoptadas pelas organizações comunitárias, ONGs (organizações não governamentais), Organizações da sociedade civil (OSC) e fundações empresariais, dificultam a construção de um projecto de emancipação popular e estabelece um processo de acomodação "solidária" entre "Gestores do Estado" e os cidadãos. E, no meu entender, acções isoladas, de caridade ou filantropia, aliviam de forma provisória uma situação de carência continuada, mas não resolve o problema do país. Uma política social que estimule a emancipação popular, a consciência comunitária e a participação democrática pode ser o norte para a concepção de uma nova era para os Moçambicanos.

Bibliografia

Batley, R. (1983) "Participating in urban projects: meanings and possibilities". Evaluating community participation in urban development projects. Development Planning Unit Working Paper, London, n. 14, p. 7-11, 1983.

Cardoso, R. (2004) "Sustentabilidade: o desafio das políticas sociais no século 21". São paulo perspec., São Paulo, v. 18(2), Abri./J un: 42-48.

CEP Centro de Estudos da População (1998). Inquérito Nacional de Opinião Pública 1997. Maputo: CEP-UEM.

CEP Centro de Estudos da População (2002). Inquérito Nacional de Opinião Pública *2001.* Maputo: CEP-UEM.

EISA (2006) Contribuição das Organizações da sociedade civil para o processo da revisão da legislação. Maputo: EISA.

Faria, F. et al.; (2001) PRECOD report promoting the involvement of civil society actors in the programming of EU-aid to Mozambique, Missing report, Freiburg (Não Publicado)

FDC, (2007). Índece da sociedade civil em Moçambique 2007-A sociedade civil Moçambicana por dentro: Avaliação, desafios, oportunidades e acção. Maputo: FDC.

Francisco, A. (2007) Aliança e parceria no combate à pobreza em Moçambique: cidadãos como parceiros do governo? Paper para Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), 12 de Abril de 2007.(Não Publicado)

Francisco, A. et al.; (2006) Impacto da economia informal na protecção social, probreza e exclusão: A dimensão oculta da informalidade em Moçambique. Maputo: Cruzeiro do Sul.

Francisco, A. et al.; (2007) Poverty observatory in Mozambique. Maputo: Swiss Development Cooperation and World Bank.

Freitas, L. (2002) "A internalização da exclusão". Educ. Soc., Campinas, SP, v. 23: 80, : 299-325.

Harrison, G. (1996), "Democracy in Mozambique: the significance of multi-party elections". Review of African Political Economy, 67: 19-34.

Harrison, G. (1999), "Mozambique between two elections: a political economic of transition". Democratization, 6. Londres: Frank Cass.

Moser, C. (1989) Community Participation in Urban Projects in the Third World. Progress in Planning, Oxford : Pergamon Press.

Mosse, M. (2002) A participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas: O grupo

Moçambicano da Dívida e o PARPA. Maputo:UEM/UFICS (Tese de Lincenciatura).
Negrão, J. (1997). "Repensando as modas do desenvolvimento rural". Moçambique: perspectivas sobre ajuda e o sector civil. Amesterdão:GdM.
Negrão, J. (2003). A proposito das relações entre as ONGs do Norte e a sociedade civil Moçambicana. Coimbra: Universidade de Coimbra.
Paul, S. (1987) Community participation in development projects - The World Bank Experience. World Bank Discussion Paper, Washington, n. 6:1-30.
Pereira, J. et al.; (2002) Mozambique views of democracy and political reform: A comparative perspective. Maputo: Afrobarometer.
Pereira, J. et al.; (2003) Democracy in Mozambique: The public's view. Maputo: Afrobarometer.
Pereira, J. et al.; (2005) Afrobarometer-Sumarry of results Round 3 survey in Mozambique. Maputo: Afrobarometer.
Putman, R. (1993) Making democracy work: Civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press.
Rico, E. (2004) A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. São paulo perspec., São Paulo, v. 18(4):73-82.

Lista de participantes ao IEPA 2008

Nº	Nome	Organização
01	Adriano U. Huo	FOPROI
02	Aida Azarina Xavier Cossa	FOPROI
03	Alberto António Timane	ORAM
04	Alberto Fernandes	Rádio Nacional de STP
05	Alfiado S. Zunguza	JustaPaz
06	Ana Paula Macamo	ACIPOL
07	Anastácio Chembeze	ACOORD
08	António Gine Simango	R.O.D.H.S
09	Artemisa Franco	DHD
10	Avelino Moio	UPCT/Tete
11	Benigna Chelengo	JustaPaz
12	Carlos Mendonça Uajanja	R.O.D.H.S
13	Chadreque Abias	UEM
14	Cidália Antánio Gouveia	Missão Cristã
15	Diana Bunguele	ACUDES
16	Dionisio José Madonela	ACIPOL
17	Emilia Francisco	OREC
18	Eunice da Cunha	MULEIDE
19	Eufrásia Yara L. Bombe	Individual
20	Evaristo Lídia Samussone	FOPROI
21	Fernando António Chinanga	CCM
22	Fernando A. Menete	GMD
23	Francisco de Assis	JustaPaz
24	Garcias Ruas Ragora	ACIPOL
25	Guilherme Nhanale Júnior	MCM
26		

27	Horácio Sebastião Cuco	JustaPaz
28	Horácio S. Zunguza	JustaPaz
29	Hortência A.M. Kapfensteiner	FOCAMA/Manica
30	Hortência Rafael da Conceição	FOPROI
31	Isabel Blanchette Zucule	NPCS/MAPUTO
32	Jacinta Piri Piri	AJUCSID
34	João Duarte Alberto	M.S.C.D/Manica
35	João Francisco Almirante	MSC/I.E.Cristo Vive
36	João Pereira	MASC
37	João Uthui	TEIA
38	Joaquina Firmino Macuacua	FOPROI
39	Jorge Eugénio Saiete	JustaPaz
40	José Manuel	Partido Renamo
41	Judite Valente Saveca	JustaPaz
42	Juliano Marcelino Reginaldo Cumbane	Partido Renamo
43	Leonel dos Santos Fernandes	Ministério de Saúde. São Tomé
44	Lourenco do Rosário	Universidade Politécnica
45	Luisa Chadraça	Conselho Municipal de Maputo
46	Manuel Raposo	FOPROI
47	Maria Augusta M. Pereira	Ministério da Justiça
48	Maria Francisca Mecia Jacama	Pharmanatura
49	Maria Francisco Passos	Matalane
50	Maria Orlanda Muianga	APN
51	Mario Madivadua	JustaPaz
52	Martins Buanaher Cansola	AMODEG
53	Matias Capapelo	IDASA
54	Natércia Ester da Conceição Ester	USTM
55	Paula Masoka	OREC
56	Paulino Pita	Escuteiro de S.T.P
57	Pedro Júnior	JustaPaz
58	Raufo Usta	FOPROI
59	Raul Mateus Bacete	ASKUT
60	Rubem Miguel Mário Taibo	ACIPOL

61		Igreja Evangelica Cristo Vive
62		Kuganissica
63		Kugarissica
64		Partido Frelimo
65		AMODEG
66		TEIA
67		Igraja Betania Apostólica de Cristo Internacional
68		JustaPaz
69		JustaPaz
70		Misa Moçambique
71		I.E.C.V
72		OREC
73		IMUM

Romão João Alberto
Rosta Adalberto Conceição
Salvador Ngumbe
Samuel Alberto Massango
Samuel Tafula Quamba
Sérgio Josá Falange
Simião Caetano João Ngirazaja
Telma Tonela
Tárcia Muila
Tómas Vieira Mário
Tito Pedro Daniel
Vasco dos Santos Nhamussua
Zefanias Chihulume